

Clipping n° 672

, 21 Outubro 2010 - 15:51:44

MUNDO DO TRABALHO I Treze dos 33 mineiros resgatados na semana passada de uma mina no Chile, a 622 metros de profundidade, participaram no dia 17 último de uma missa no Acampamento Esperança, para lembrar os 70 dias que durou o drama, no local onde ficaram concentradas as famílias enquanto aguardavam a operação de salvamento.

MUNDO DO TRABALHO II De acordo com a agência de notícias argentina Telam, a volta dos mineiros ao acampamento foi acompanhada por uma multidão de curiosos e por trabalhadores que exigiam melhores salários. Os carabineiros (polícia chilena) tiveram que fazer a proteção dos mineiros, devido ao grande número de pessoas, incluindo jornalistas, que foram à Mina San José para a cerimônia.

MUNDO DO TRABALHO III Ao mesmo tempo em que se realizava a missa, um grupo de trabalhadores da empresa San Esteban, responsável pela mina, exigia pagamentos atrasados. Eles levavam cartazes que diziam "San Esteban, não somos 33, somos 300 e 70 dias sem dinheiro e sem trabalho. Não nos roubem". Os trabalhadores ameaçaram ocupar o acampamento se não houver uma solução para o problema.

MUNDO DO TRABALHO IV A empresa San Esteban está envolvida num processo judicial em que poderá arrendar seus ativos para outra mineradora com maior capacidade financeira ou entrar em falência. Além disso, precisa pagar os salários atrasados de mais de 300 trabalhadores que estão sem trabalho depois que foram canceladas as operações da mina, devido ao acidente que deixou os 33 mineiros soterrados até o resgate na semana passada. Fonte: Agência Brasil

Dieese divulga estudo sobre o 13º salário nesta quinta-feira (21)

Nesta quinta-feira (21), o Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) encaminhara aos meios de comunicação o estudo referente ao pagamento do 13º salário em 2010. A nota à Imprensa vai ser enviada a partir das 10h por meio eletrônico.

Tal como foi feito no ano passado, o trabalho incluirá uma análise dos pagamentos do 13º a partir dos grandes setores de atividade econômica: indústria, construção civil, comércio, serviços e agropecuária.

Informações adicionais e agendamento de entrevistas com a Assessoria de Comunicação: 11 3874-5401. (Fonte: Notícias da CNTM)

Mercado de trabalho segue em forte recuperação, segundo Ipea

A trajetória de crescimento na geração de empregos segue em níveis semelhantes aos registrados antes da crise internacional, que atingiu a economia real brasileira e fez surtir seus efeitos nefastos a partir de setembro de 2008.

A informação está na Carta de Conjuntura nº 11, referente ao terceiro trimestre de 2010, que será lançada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) na segunda-feira (18), às 11h, na representação do Instituto no Rio de Janeiro (Av. Presidente Antônio Carlos, 51, Centro, auditório do 10º andar).

A análise da geração de empregos de acordo com o critério acumulado de 12 meses mostra crescimento do número de vagas com carteira assinada criadas até agosto de 2010 com relação ao número acumulado em agosto de 2008, antes da crise.

Com relação ao acumulado de agosto de 2009, que considera o período mais intenso da crise econômica, o crescimento foi expressivamente maior, chegando a quase 600%.

O bom desempenho do mercado de trabalho e o crescimento da massa salarial têm reflexos positivos no consumo, o que gera bons resultados nos setores de bens duráveis e construção civil.

Ainda assim, a inflação continuou a trajetória desacelerada no terceiro trimestre do ano, principalmente em razão da retração no preço dos alimentos.

Publicação trimestral, a Carta de Conjuntura tem como objetivo acompanhar a conjuntura econômica brasileira por meio de seus principais indicadores.

O boletim traz dados e estimativas sobre o nível de atividade (demanda, oferta, produção industrial e comércio), emprego, inflação, setor externo (balança comercial, balanço de pagamentos), crédito e mercado financeiro (política monetária e taxas de juros, mercados de capitais e de crédito) e finanças públicas. (Fonte: Monitor Mercantil)

Intermediação de mão de obra

A intermediação de mão de obra é uma das atribuições clássicas de um sistema público de emprego e no Brasil, é de responsabilidade do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. No país, a preocupação com essa atividade levou à estruturação, em 1975, do Sistema Nacional de Emprego (Sine), a primeira forma de atendimento ao desempregado implementada. Posteriormente, em 1986, foi criado o seguro-desemprego e, a partir de meados da década de 1990, foram implantados os primeiros programas de qualificação profissional.

A Nota Técnica 92 procura destacar aspectos da intermediação de mão de obra no Brasil, com dados extraídos do Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda de 2009, publicação do DIEESE, feita em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego. As fontes primárias utilizadas para a elaboração das tabelas e gráficos foram questionários especiais realizados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), e aplicados no período entre maio e outubro de 2008, e estatísticas de intermediação de mão de obra do Sine.

O texto mostra que a conquista de um emprego resulta - no setor privado e no serviço doméstico - das indicações de familiares, conhecidos e amigos; e - no serviço público - da aprovação em concursos. Os agentes de intermediação de mão de obra como o Sine e as agências de emprego privadas têm importância bastante restrita. No entanto, as estatísticas do Sine indicam que 70% dos desempregados se inscreveram no Sistema, em âmbito nacional. Esse elevado percentual pode estar associado ao fato de que o Sine desempenha outras funções importantes para o trabalhador desempregado além da intermediação, como, por exemplo, o encaminhamento para cursos de qualificação profissional, ou da solicitação do seguro-desemprego etc. Fonte: DIEESE

Para ler a íntegra da Nota Técnica 92 clique aqui

Salário de admissão do trabalhador cresce 29,51% desde 2003, mostra MTE

O salário médio de admissão do brasileiro teve um aumento real de 29,51% no período compreendido entre os anos de 2003 a 2010, segundo informações do Ministério do Trabalho e Emprego.

Se antes a média nacional de admissão encontrava-se em R\$ 640,68, atualmente esse valor subiu para R\$ 829,76. Os dados referentes ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) foram anunciados, na manhã desta terça-feira (19), pelo ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi.

Esse comportamento favorável é resultado direto da elevação generalizada registrada por todos os estados, em especial de Rondônia (60,08%), Piauí (48,98%), Alagoas (45,60%) e Maranhão (43,68%). Embora menos expressivo, São Paulo (20,42%) e Distrito Federal (13,40%) também participaram do ganho real registrado pelo salário médio de admissão.

"O crescimento real do salário mínimo é o principal fator para o sucesso econômico do Brasil. O poder de compra do trabalhador faz manter aquecido o mercado interno; e foi o que livrou nosso país da crise econômica que afetou o mundo inteiro em 2009 e ainda causa problemas nos Estados Unidos e na Europa", lembrou o ministro Carlos Lupi.

Em 2010, os salários médios de admissão cresceram 5,23% em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de R\$ 788,55, em 2009, para R\$ 829,76 em 2010.

Gênero

No conjunto de todas as unidades da federação, os salários médios de admissão no período de 2003 a 2010 evidenciaram crescimento para ambos os gêneros. Conforme os dados do Caged houve um ganho real de 31,79% para os homens e de 25,84% para as mulheres.

"Este ano, o aumento real do salário médio de admissão entre homens ficou em 5,52%, frente ao ganho de 4,64% alcançado entre mulheres. O salário entre as mulheres corresponde a 87,64% do salário entre homens", chamou a atenção Lupi.

Os únicos estados do Brasil onde os salários médios reais de admissão das mulheres superaram os dos homens são Sergipe (mulheres R\$ 729,76, homens R\$ 701,09) e Alagoas (mulheres R\$ 654,86, homens R\$ 637,48).

Grau de instrução

Comparando o período compreendido entre janeiro e setembro de 2009 e 2010, observa-se que os salários médios de admissão das mulheres passaram a ter maior representatividade nos níveis de escolaridade mais baixos.

Ou seja, quanto menor o grau de instrução, menor é a diferença salarial entre os sexos. Assim, as mulheres analfabetas recebem o equivalente a 93,18% do salário masculino, e as que possuem até o quinto ano completo do ensino fundamental têm 82,03% do salário de admissão dos homens com o mesmo nível de escolaridade.

Na educação superior completa, embora a mulher tenha obtido o maior percentual de ganho real dentre todos os níveis de escolaridade (6,36%) - o percentual masculino foi de 5,96% nesta faixa - ainda há grande diferença salarial entre os gêneros.

Basta observar que a relação do salário feminino está para 61,80% do valor entre homens com mesmo grau de instrução.

Apesar da diferença, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) evidenciaram que essa diferença está sendo diminuída, já que em 2009 a mulher recebia 61,57% do salário de admissão masculino. Fonte: DIAP

Estudantes de baixa renda não precisarão mais de fiador para o Fies

Brasília - O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) não terá mais a exigência de fiador para alunos de baixa renda ou de cursos de licenciatura. A medida, que será anunciada hoje (20) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, passa a valer imediatamente para os próximos contratos firmados.

O Fies financia a mensalidade de alunos que não podem pagar pela forma que não em cursos superiores de instituições privadas. A figura do fiador será substituída pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC). Esse fundo será mantido pelo Tesouro Nacional e pelas instituições de ensino que quiserem aderir ao projeto. Elas terão que repassar para o FGEDUC parte do que recebem do Ministério da Educação pelos alunos matriculados no Fies.

O estudante deverá optar pela modalidade sem fiador no momento em que se inscrever para participar do programa, o que é feito pelo SisFies. O benefício só vai valer para aqueles que cursarem licenciaturas ou tiverem renda familiar de até um salário mínimo e meio per capita. Também podem pedir dispensa do fiador os bolsistas parciais do Programa Universidade para Todos (ProUni) que queiram financiar o restante da mensalidade.

Outra mudança é a renegociação do prazo de pagamento dos contratos antigos. Quem aderiu ao Fies antes de 14 de janeiro de 2010 poderá estender o período de pagamento da dívida até três vezes o período de utilização do financiamento, mais doze meses. Um estudante de um curso com duração de quatro anos, por exemplo, terá até 13 anos para pagar a dívida, contados a partir da formatura. Essa medida já está sendo aplicada para todos os contratos firmados a partir de 2010.

Os estudantes interessados na renegociação não podem fazer uma simulação a partir de um sistema que estará disponível a partir de hoje no SISFies, por onde também deve solicitar a revisão. Em seguida, interessado deve procurar a agência onde contratou o financiamento para apresentar a documentação necessária e formalizar a renegociação. O benefício poderá ser solicitado por estudantes que tenham prestação superior a R\$ 100 mensais.

Desde abril deste ano, não há mais um período de inscrições para o Fies. O estudante pode aderir ao programa a qualquer momento e pedir reembolso das parcelas já pagas naquele semestre. Outra mudança foi a redução dos juros de 6,5% para 3,5% ao ano e o aumento do prazo de amortização. Com essas medidas, cresceu o número de contratos: foram 58 mil de janeiro a setembro de 2010, contra 32 mil firmados em 2009. Fonte: Agência Brasil/Encontro no Ministério do Trabalho debate novo salário mínimo

Reunião das Centrais Sindicais com o ministro Lupi, do Trabalho e Emprego, iniciou a fase oficial de negociações pela definição do salário mínimo que vai vigorar a partir de 1º de janeiro.

O encontro, na tarde desta terça (19), em Brasília, no Ministério, reuniu CUT, Força Sindical, UGT, Nova Central, CTB, CGTB, além de lideranças dos aposentados e pensionistas.

A reunião, que foi precedida de amplas conversas entre as Centrais e também com membros do governo, nas últimas duas semanas, reforça o processo de negociações, entre representantes do movimento sindical e do governo Lula, que estabeleceu a política de recuperação do salário mínimo até 2023.

No encontro desta terça, não se falou em valores. A preocupação central foi fortalecer o processo de negociações e definir o novo valor ainda durante este ano, como ficou estabelecido desde o início da política de recuperação do mínimo, em 2003.

Presentes Quintino Severo, secretário-geral da CUT; Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical; João Carlos Gonçalves (Juruna), secretário-geral da Força; João Batista Inocentini, presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados da Força; Antonio Neto, presidente da CGTB; Ubiraci Dantas, vice da CGTB; José Calixto Ramos, presidente da Nova Central; Ricardo Patah, presidente da UGT; e Wagner Gomes, presidente da CTB. Houve acompanhamento técnico do Dieese, nacional e específico Brasília. Fonte: TEM